



DESENVOLVIMENTO  
E MEIO AMBIENTE

BIBLIOTECA  
DIGITAL  
DE PERIÓDICOS  
BDP | UFPR

revistas.ufpr.br

## **Entre comer à vontade e a vontade de comer: o estado da arte sobre soberania e segurança alimentar e nutricional no Brasil**

### ***Between eating enough and the desire to eat: the state of the art on sovereignty and food and nutritional security in Brazil***

Hayanne Rodrigues Carniello CAVALCANTE<sup>1</sup>, Thiago Henrique Costa SILVA<sup>2,3\*</sup>, Luciana Ramos JORDÃO<sup>2</sup>, Nara Rúbia Rodrigues do Nascimento SILVA<sup>3,4</sup>

<sup>1</sup> Centro Universitário Alves Faria (UNIALFA), Goiânia, GO, Brasil.

<sup>2</sup> Universidade Estadual de Goiás (UEG), Morrinhos, GO, Brasil.

<sup>3</sup> Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, GO, Brasil.

<sup>4</sup> Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN), Aparecida de Goiânia, GO, Brasil.

\* E-mail de contato: thiagocostasilva.jur@gmail.com

Artigo recebido em 8 de março de 2022, versão final aceita em 31 de agosto de 2022, publicado em 27 de outubro de 2023.

**RESUMO:** O artigo objetiva identificar as principais discussões a respeito da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN) de modo amplo e em publicações jurídicas, contemplando a multidisciplinaridade da temática e possíveis lacunas de pesquisa. Realiza revisão bibliográfica sistemática de tipo estado da arte com recorte temporal de 5 anos (2016-2020), restringindo-se aos artigos encontrados na plataforma SciELO e às teses e dissertações de programas de Mestrado e Doutorado Capes. Com abordagem qualitativa e método dedutivo, faz análise crítica dos dados. Os resultados foram categorizados em três eixos: meio ambiente; direitos humanos e político-econômicos. Conclui que o uso de agrotóxicos, o discurso contra hegemônico e a análise de políticas públicas, principalmente as voltadas à agricultura familiar, são enfoques de maior incidência. Como lacunas, possuem especial destaque a escassez de pesquisas sobre sistemas alimentares e sementes, sobretudo no que tange ao arcabouço regulatório, e a segurança hídrica associada à produção de comida.

**Palavras-chave:** direito humano à alimentação adequada; políticas públicas de nutrição e alimentação; insegurança alimentar e nutricional; PAA; PNAE.

---

**ABSTRACT:** The article aims to identify the main debates on Food and Nutritional Sovereignty and Security considering a broad approach and legal publications in order to comprehend the theme in a multidisciplinary way and to locate possible research gaps. It proceeds a bibliographical and systematical review (state of the art) that was carried out in the 5-year time frame (2016-2020), and restricted to journals available at SciELO and theses and dissertations from Master's and Doctoral programs at Capes. With qualitative data analysis approach and the deductive method, a critical analysis of the data was done. The results were divided into three categories: environment; human rights and political-economical. It concludes that the use of pesticides, the counter-hegemonic discourse and the analysis of public policies, especially those directed to family farmers, are approaches with the highest incidence. The scarcity of research on food systems and seeds stood out, mainly regarding the regulatory framework, and water security, closely associated with food production can be mentioned as research gaps.

*Keywords:* human right to adequate food; nutrition and food public policies; food and nutritional insecurity; PAA; PNAE.

## 1. Introdução

Com o avanço do capitalismo e da tecnologia, instituiu-se um discurso da necessidade do aumento de produção de alimentos e modernização da agricultura camponesa, pela justificativa de que esta última, considerada atrasada, não seria suficiente para a garantia do alimento para toda a população, tendo em vista a projeção de aumento populacional. Desta forma, seria necessária a incorporação de insumos químicos, sementes geneticamente modificadas, maquinários, entre outros elementos, que, por esse discurso, resultariam na ampliação e otimização produtiva com a consequente superação da fome. Nesse contexto, marginalizam-se os agricultores pautados na agricultura tradicional e camponesa, e se cria uma relação de subordinação e dependência destes para com o mercado (Shiva, 2016; Jordão & Silva, 2018).

Todavia, a premissa é invalidada quando os dados são analisados detalhadamente. Em que pese o Brasil estar entre os dez maiores produtores de grãos do mundo, a pesquisa de orçamentos familiares 2017/2018 (POF 2017-2018), promovida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(IBGE, 2020, p. 28), revelou níveis altos de fome e desnutrição. Dos 68,9 milhões de domicílios abrangidos, 36,7% possuíam algum grau de insegurança alimentar (25,3 milhões), sendo um dos mais baixos já registrados desde 2004 (Cavalcante *et al.*, 2019; IBGE, 2020).

A alimentação e a produção devem ser pensadas de forma holística, cíclica, conectada e relacionada, contrariando a simplificação produtivista. Neste sentido, Schutter (2014), relator especial da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Direito à alimentação, em seu documento final de janeiro de 2014, fortaleceu a necessidade de repensar os sistemas alimentares a partir de paradigma produtivo pautado na valorização agroecológica, na diversificação, no desenvolvimento de políticas para fortalecer a agricultura familiar, na proteção social dos mais vulneráveis e na redução da pobreza (Shiva, 2016; Santarelli *et al.*, 2019).

Dentro dessa perspectiva, destaca-se a complexidade que abarca os debates relacionados à Soberania e Segurança Alimentar Nutricional (SSAN), tanto no campo prático, quanto, por consequência, no campo teórico. Em razão de seu caráter interdisciplinar, a pesquisa indaga quais foram os enfoques

levantados ao longo do período de análise, de forma ampla, e pelo âmbito jurídico, e, por conseguinte, visa identificar as contribuições as políticas públicas relacionadas à promoção da SSAN.

Para tanto, adotou-se o estado da arte e a revisão sistemática de bibliografia como metodologia, estabelecendo como foco os trabalhos disponíveis nas plataformas SciELO e Capes, a partir de recorte temporal de cinco anos. Foram avaliados artigos científicos de revistas que possuíam Qualis entre B2 e A1, bem como teses e dissertações de programas stricto sensu de notas 3, 4 ou superiores, no período que compreende os anos de 2016 a 2020. Guiando-se por uma abordagem qualitativa de dados e método dedutivo (Gil, 2002), os resultados foram categorizados em três grupos temáticos: meio ambiente, direitos humanos e político-econômicos. Procedeu-se análise que identificou os principais autores citados, linhas teóricas, discussões e as lacunas de pesquisa. Por último, apresentou-se um breve panorama do cenário contemporâneo de SSAN.

O objetivo principal do estado da arte é ampliar o conhecimento e analisar o que já fora apresentado a fim de contribuir com discussões sobre SSAN. De tal modo, esta pesquisa se justificava academicamente, por seu caráter de revisão social, política e econômica, por sua relevância e impacto, sobretudo, no contexto pandêmico de Covid-19 e de práticas neoliberais, em que direitos humanos basilares, como a alimentação adequada, estão, cada vez mais, em risco.

## 2. Caminhos metodológicos

A pesquisa baseou-se na metodologia de revisão sistemática bibliográfica, descrita por Sampaio e Mancini (2007), e Trivellato *et al.* (2019) (Figura 1).

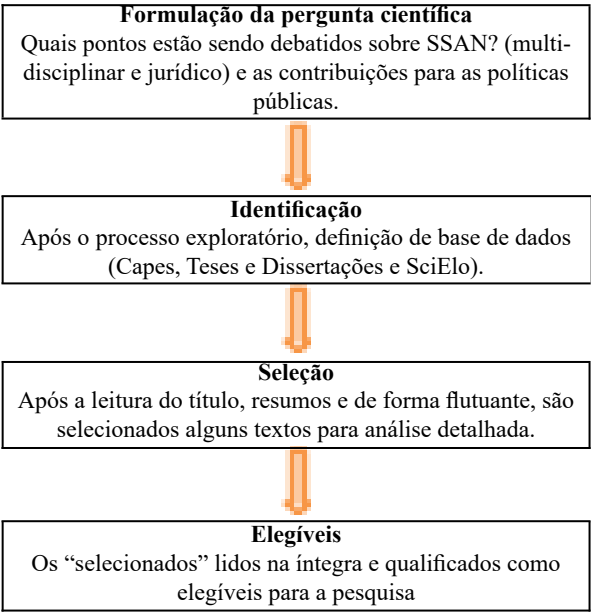


FIGURA 1 – Etapas do estado da arte.

FONTE: Elaborado pelos autores (2021).

Em um primeiro momento, definiu-se a pergunta científica baseada na curiosidade da diversidade interpretativa e de fatores correlacionados à SSAN em múltiplas disciplinas, mas, principalmente, questionando-se: como, no meio jurídico e em suas intersecções, foi e está sendo debatido a SSAN? Qual é o alcance deste debate? Quais são as contribuições teóricas destes estudos para as políticas públicas alimentares?

Em março de 2021, foram realizadas pesquisas especulativas na plataforma Google Acadêmico utilizando as palavras-chave soberania alimentar e segurança alimentar, sem aspas ou qualquer filtro, sendo encontrado um volume de 14.900 e 27.800 em inglês, restritos ao lapso temporal de 2016-2020, demonstrando a relevância da temática.

Superado o período exploratório, passou-se para a etapa de identificação (1), sendo definida

a base de dados a ser utilizada e o quantitativo de resultados obtidos, com as palavras-chave estabelecidas. Elegeu-se, em virtude da necessidade de conhecer as principais pesquisas no Brasil, as plataformas SciELO e Capes teses e dissertações<sup>1</sup>. Definiram-se as palavras-chaves, “soberania alimentar” e “segurança alimentar e nutricional”, uma vez que o Brasil adota esse conceito que incorpora também a ideia nutricional. Restringiu-se as buscas às publicações vinculadas ao Brasil, nos idiomas português e inglês, publicadas nos 5 anos anteriores à realização dessa pesquisa, isto é, de 2016 a 2020.

No banco de dados Capes, com os filtros:

(1) Tipo: mestrado, doutorado;

(2) Ano: 2016 a 2020;

(3) Grande área do conhecimento: ciências agrárias, multidisciplinar, ciências sociais aplicadas, ciências humanas;

(4) área do conhecimento: ciência política; direito; direito constitucional; direito público; direitos especiais; economia; economia agrária; extensão rural; geografia; política internacional; serviço social; sociais e humanidades; sociologia; sociologia do desenvolvimento; chegou-se a 111 resultados em português e 71 em inglês, utilizando as mesmas palavras-chaves e filtros.

Na SciELO foram encontrados, com a inclusão dos filtros, 6 resultados<sup>2</sup>. A pesquisa em língua inglesa produziu os mesmos resultados daquela feita em português.

Posteriormente, procedeu-se a etapa de seleção (2). Após a leitura de títulos, resumos e textos completos, foram selecionados os documentos a serem analisados e, possivelmente, incluídos no estado da arte. Ainda, foram descartados os trabalhos que não possuíam relevância ou adequação (3). Esse procedimento permitiu identificar os trabalhos elegíveis.

O protocolo de inclusão e exclusão baseou-se na somatória de filtros e na análise de adequação temática, refletidos nos elementos organizados na Tabela 1. Selecionou-se, também, por meio das notas de conceito Capes dos programas de Mestrado acima de 3 e Doutorado acima de 4, e Qualis das revistas científicas entre A1 e B2. Foram excluídos os trabalhos que apenas tangenciavam o tema, sem aprofundar, como por exemplo, aqueles que tratavam da transição agroecológica, do direito urbanístico, do ecofeminismo, dentre outros assuntos que, a despeito de sua relevância não poderiam ser considerados nessa pesquisa porque a abordagem da segurança e soberania alimentar se deu apenas secundariamente.

Quanto à análise dos dados, foi utilizada a abordagem qualitativa, caracterizada como um processo dependente de múltiplos fatores e atos, dotada de ações de redução e categorização de dados. Além disso, fez-se o uso do método dedutivo, que parte de teorias, conceitos ou ideias gerais, por isso mais amplo, até se chegar a uma compreensão específica e desencadeando nos resultados e discussões objetivados por essa pesquisa (Gil, 2002).

<sup>1</sup> Optou-se em analisar as pesquisas que constam na plataforma Capes teses e dissertações, formuladas em nível de pós-graduação *stricto sensu*, e no banco de dados da SciELO, por ser uma biblioteca eletrônica e indexador mais rigoroso com as publicações, divulgando somente os periódicos que passam por critérios que envolvem qualidade, quantidade e fator de impacto.

<sup>2</sup> O quantitativo reduzido de artigos encontrados pode ser explicado pelo rigor da biblioteca eletrônica e pelo uso de palavras-chaves combinadas. O uso combinado dos termos “segurança alimentar e nutricional” e “soberania alimentar”, para além de servir como critério primário de exclusão, reflete a intenção dos autores em tratar do tema desde a perspectiva de construção jurídica e de políticas públicas voltadas ao direito à alimentação, que normativamente no Brasil vem sendo trabalho na perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional.

TABELA 1 – Categorias e Atributos.

Categorias	Elementos
Meio ambiente	<ul style="list-style-type: none"><li>• agroecologia e sustentabilidade</li><li>• uso de agrotóxicos</li><li>• uso de sementes geneticamente modificadas e transgênicas</li><li>• diversidade genética</li><li>• proteção dos recursos naturais</li></ul>
Direitos humanos	<ul style="list-style-type: none"><li>• alimentação adequada</li><li>• saúde pública</li><li>• alimentação com predomínio dos valores individuais e coletivos</li></ul>
Político-econômicos	<ul style="list-style-type: none"><li>• políticas públicas de SAN</li><li>• confronto à globalização da fome</li><li>• discurso contra hegemônico</li><li>• acesso à terra</li></ul>

FONTE: Elaborado pelos autores (2021); CINI et al (2018) López-Giraldo; Franco-Giraldo (2015); Pimbert (2018).

### 3. Resultados e discussão: inferências das pesquisas analisadas

Das pesquisas verificadas, foram selecionados 35 documentos para compor o estado da arte nas duas bases de dados consultadas. Três deles são provenientes da SciElo, sendo dois deles identificados a partir das buscas realizadas em português, e o terceiro da busca feita com verbete em língua inglesa. Os resultados estavam vinculados à área de Nutrição. Os documentos restantes, 32 teses e dissertações, foram identificadas no banco de dados da Capes, com pesquisas em português. Dos 71 resultados em inglês, 67 coincidiam com os resultados em português. Os 4 demais não se adequavam aos protocolos de inclusão. No que se diz respeito às exclusões, 25 não possuíam divulgação autorizada e 86 não se adequavam ou apenas tangenciavam o tema que constitui foco desse estado da arte. Os textos selecionados estão dispostos na Tabela 2.

A metodologia majoritariamente utilizada nas pesquisas analisadas é de revisão bibliográfica e

pesquisa documental, seguida de revisão de literatura, e análise indireta de dados. Houve trabalhos que realizaram também coleta de dados por meio de entrevistas. De forma geral, as pesquisas analisadas possuíam caráter exploratório e investigativo.

Quanto aos referenciais teóricos mais citados nos debates de Segurança Alimentar Nutricional (SAN) e sua construção histórica e social destacam-se Josué de Castro, Renato S. Maluf, Walter Belik, Takagi e Luciene Burlandy. Sobre soberania alimentar, percebe-se que ainda é um conceito pouco trabalhado de forma detalhada, exceto por aqueles que possuem enfoques nas temáticas de sementes e campesinato. Alguns autores (Andrade, 2019; Bittencourt, 2019) analisados trabalhavam a soberania alimentar como um conceito maior, mais abrangente do que SAN. Outros autores (Ribeiro, 2016; Santos, 2018) preferiram utilizar apenas soberania alimentar, devido à apropriação do agronegócio, definido como modelo de produção baseado em latifúndios e exportação de commodities ao qual se vincula o conceito de segurança alimentar.

TABELA 2 – Textos incluídos para revisão Capes e SciELO\*.

	<b>Autor, ano</b>	<b>Título</b>	<b>Curso/tipo</b>	<b>Local</b>	<b>Conceito/Qualis</b>	<b>Metodologia</b>
1	Alves, 2017.	Transformações no espaço agrário paraibano práticas agroecológicas e luta pela soberania alimentar das Guardiãs das Sementes da Paixão do Polo da Borborema	Geografia/ Dissertação.	UFPB	Geografia/ Nota: 4	Pesquisa bibliográfica e documental, pesquisa de campo e dados secundários.
2	Amaral, 2018.	Entre ativismos, enquadramentos e controvérsias: as ideias e as agências de burocratas no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).	Ciência Política/ Tese.	UNB	Ciência Política/ Nota: 6	Pesquisa qualitativa; estudo de caso.
3	Andrade, 2019.	O uso de agrotóxicos ao Pacote do Veneno: uma abordagem a partir do direito humano à alimentação adequada.	Direito/ Dissertação.	FDSM	Direito/ Nota: 4	Pesquisa bibliográfica e documental.
4	Andrade, 2020.	Cisternas de água para beber: um estudo sobre mudança política e institucional através do Advocacy Coalition Framework.	Ciência Política/ Dissertação.	UNB	Ciência Política/ Nota: 6	Revisão de literatura; pesquisa qualitativa; estudo de caso; AdvocacyCoalition Framework.
5	Bittencourt, 2019.	Por um Brasil agroecológico: análise da construção política do discurso.	Ciências sociais/ Dissertação.	UFRRJ	Ciências sociais em desenvolvimento, agricultura e sociedade/ Nota: 5	Análise documental e revisão bibliográfica.
6	Botelho, 2020.	A luta decolonial do trabalhador rural pelo direito humano à terra e ao território.	Direito/ Tese.	PUCPR	Direito Agrário/ Nota: 6	Revisão bibliográfica e documental, materialismo histórico-dialético.
7	Carvalhosa, 2018.	Alimentação escolar como processo de mediação política: análise da trajetória histórica da compra da agricultura familiar no Brasil e nos EUA.	Serviço Social Política Social/ Tese.	UFF	Sociologia e Direito/ Nota: 4	Revisão de literatura e análise documental; Pesquisa qualitativa.
8	Cavalcante, 2017.	Segurança alimentar e nutricional: os impactos da política hídrica em Rondônia.	Ciências Jurídicas e Sociais/ Dissertação.	UFF	Sociologia e Direito/ Nota: 4	Pesquisa bibliográfica.
9	Costa, 2016.	A trajetória das ações de segurança alimentar e nutricional no Brasil uma análise da atuação do estado à luz da teoria de Poulantzas.	Economia/ Dissertação	UFBA	Economia/ Nota: 4	Revisão de Literatura

10	Cruz, 2017.	A dicotomia agronegócio x agricultura familiar e os impactos na segurança alimentar e nutricional.	Direito/ Dissertação.	UFG	Direito Agrário/ Nota: 4	Revisão bibliográfica.
11	Cruz, 2018.	Características e Tendências Contemporâneas da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: do Programa Fome Zero ao SISAN.	Serviço Social/ Dissertação.	UERJ	Serviço Social/ Nota 6.	Revisão da bibliografia.
12	Fabricio, 2016.	A questão agrária e soberania alimentar: o caso do assentamento 8 de junho em Laranjeiras do Sul – PR.	Geografia/ Dissertação.	UNIOESTE	Geografia/ Nota: 3	Pesquisa bibliográfica, qualitativa, pesquisa de campo
13	Facco, 2019.	Contribuição ao estudo da questão agrária brasileira: as contradições do programa de aquisição de alimentos em assentamentos da reforma agrária.	Geografia/ Tese.	UFPR	Geografia/ Nota: 6	Análise escalar.
14	Faria, 2017.	Soberania Alimentar na Comunidade Quilombola de Colônia do Paiol: entre a Cultura Local e Global.	Geografia/ Dissertação.	UFJF	Geografia/ Nota: 4	Metodologia campestre a campestre.
15	Florisbelo, 2020.	A trajetória do CONSEA-MG na mediação da política de segurança alimentar e nutricional sustentável de Minas Gerais.	Extensão rural/ Dissertação.	UFV	Extensão Rural/ Nota: 4	Revisão bibliográfica
16	Furlan, 2016.	O direito humano à alimentação adequada sob uma perspectiva socioambiental: repercussões do controle hegemônico da vida através das grandes corporações de mercado.	Direito/ Dissertação.	UCS	Direito/ Nota: 4	Método hermenêutico.
17	Guimarães, 2020.	Políticas Sociais De Alimentação e Nutrição No Brasil: da eugenia à segurança alimentar.	Ciências Humanas e Sociais/ Dissertação.	UFABC	Ciências Humanas e Sociais/ Nota: 4	Estudo de caráter descritivo/bibliográfico documental.
18	Kraiewski, 2017	Caracterizando a Política de Segurança Alimentar e Nutricional: Uma análise a partir da experiência no município de Nova Esperança – PR.	Ciências sociais/ Dissertação.	UEM	Ciências sociais/ Nota: 3	Pesquisa quanti/ qualitativa

19	Martinelli <i>et al.</i> 2020*.	Strategies for the promotion of healthy, adequate and sustainable food in Brazil in times of Covid-19	Nutrição/ periódico.	Revista de nutrição.	B2	Pesquisa bibliográfica e análise indireta de dados.
20	Medeiros, 2020.	Sementes crioulas no território da cidadania Açú-Mossoró: um diagnóstico nos polos agrários do município de Mossoró –RN.	Geografia/ Dissertação.	UERN	Geografia/ Nota: 3	Pesquisa qualitativa, coleta de dados secundários e primários.
21	Melo, 2020.	Intervenção estatal na economia e o direito humano à alimentação adequada: uma análise sobre o papel do Estado nas políticas públicas implementadas para prevenção e combate às doenças crônicas não transmissíveis.	Direito/ Dissertação.	UFJF	Direito e Inovação/ Nota: 3	Mapeamento normativo descritivo.
22	Mendes, 2017.	Políticas públicas em assentamentos rurais: potencialidades e limitações e do PAA e do PNAE em Mato Grosso.	Geografia/ Tese.	UFG	Geografia/ Nota: 5	Pesquisa bibliográfica e documental
23	Paiva <i>et al.</i> , 2019*.	A confluência entre o “adequado” e o “saudável”: análise da instituição da noção de alimentação adequada e saudável nas políticas públicas do Brasil.	Nutrição/ periódico	CSP Caderno de saúde pública.	B1	Pesquisa exploratória e Analise documental.
24	Peixoto, 2016.	As políticas públicas de desenvolvimento rural em Goiás: os efeitos do PAA e do PNPB para a agricultura camponesa.	Geografia/ Dissertação.	UFG	Geografia/ Nota: 5	Pesquisa bibliográfica e documental.
25	Pereira, 2018.	Direito humano à alimentação adequada e inovações dos arranjos jurídico-institucionais: estudo de caso do Restaurante Popular de Juiz de Fora Yedda Duarte Gomes¹.	Direito/ Dissertação.	UFJF	Direito e Inovação/ Nota: 3	Mapeamento normativo descritivo.
26	Pinto, 2017.	Programa Nacional de Alimentação escolar: uma análise de desempenho de resultados.	Ciências sociais/ Dissertação.	UFRRJ	Ciências sociais em desenvolvimento, agricultura e sociedade/ Nota: 5	Revisão de literatura.



27	Rangel, 2018.	Segurança alimentar e nutricional na região sudeste: encontros, desencontros e vulnerabilidades.	Ciências Jurídicas e Sociais/ Tese.	UFF	Sociologia e Direito/ Nota: 4	Pesquisa quali/ quantitativo.
28	Recine <i>et al.</i> , 2020*.	Reflections on the extinction of the National Council for Food and Nutrition Security and the confrontation of Covid-19 in Brazil	Nutrição/ periódico.	Revista de nutrição.	B2	Pesquisa bibliográfica e documental, análise indireta de dados.
29	Ribeiro, 2016.	Por uma rebelião mundial: formação e ação territorial da via campesina no Brasil.	Geografia/ Dissertação	UNESP	Geografia/ Nota: 7	Pesquisa bibliográfica e análise de dados do Banco de Dados da Luta pela Terra.
30	Ribeiro, 2017.	O que é comer na escola? Da escola à política: uma análise do programa nacional de alimentação escolar.	Ciências sociais/ Tese.	UFJF	Ciências sociais/ Nota: 4	Revisão bibliográfica exploratória.
31	Rodrigues, 2017.	Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): controvérsias sobre os instrumentos de compra de alimentos produzidos pela agricultura familiar.	Ciências sociais/ Tese.	UFRRJ	Ciências sociais em desenvolvimento, agricultura e sociedade/ Nota: 5	Revisão bibliográfica; Análise documental; observações de campo.
32	Santos, 2016.	Participação e efetividade no conselho de segurança alimentar e nutricional do Brasil.	Ciências sociais/ Dissertação.	UFBA	Ciências sociais/ Nota: 4	Pesquisa documental.
33	Santos, 2018.	Agroecologia como alternativa sustentável contra-hegemônica à produção de alimentos a partir dos direitos da natureza.	Direito/ Dissertação.	IMED	Direito/ Nota: 3	Pesquisa bibliográfica.
34	Souza, 2018.	Programa de aquisição de alimentos em Paula Cândido, MG: Um mecanismo de empoderamento dos agricultores familiares.	Economia Doméstica/ Dissertação.	UFV	Economia Doméstica/ Nota: 4	Pesquisa bibliográfica documental.
35	Zanotto, 2017.	Soberania alimentar: um projeto contra-hegemônico da via campesina estudo das experiências do Brasil e Bolívia	Geografia/ Dissertação.	UNESP	Geografia/ Nota: 3	Revisão bibliográfica e documental.

FONTE: Elaborado pelos autores (2021).

Quanto à soberania alimentar e aos debates de campesinato, destacam-se Vandana Shiva, Stedile, Schiavinatto, Ploeg, Chayanov, Carvalho, bem como os textos elaborados pela La Via Campesina, por Stédile e Carvalho. Quanto à agroecologia, os referenciais teóricos mais conhecidos são Altieri, Gliessman; Shimitt. No que tange ao desenvolvimento rural, questões agrárias e políticas públicas rurais, Thomaz-Júnior, Porto-Gonçalves, Grisa, Schneider, Nelson Giordano, Delgado, e Umbelino de Oliveira foram identificados como principais autores.

Observou-se uma diferença expressiva entre o quantitativo de publicações que tratavam dos conceitos de “soberania alimentar” e “segurança alimentar e nutricional”, com predominância para estudos acerca do segundo termo. Infere-se que tal fato pode decorrer de: consequência cronológica da concepção dos termos e sua consolidação; o caráter mais abrangente e a carga de luta e resistência que o conceito de soberania representa.

Dos textos selecionados, apenas sete eram da área do Direito e abordavam, por ordem decrescente de presença, assuntos como o uso de agrotóxicos (Andrade, 2019), discurso contra-hegemônico por meio da contestação do agronegócio e sua defesa econômica e política (Furlan 2016; Cruz, 2017; Botelho, 2020).

Apenas um trabalho abordou a intervenção estatal na economia ao discutir normas de propagandas e rotulagens de alimentos como uma forma de atuação estatal diante do combate de doenças crônicas não transmissíveis (Melo, 2020).

Houve um trabalho com enfoque direto à decolonialidade voltada ao trabalhador rural e o direito humano à terra (Botelho, 2020) e outro, restrito ao âmbito dos arranjos jurídicos-institucionais aplica-

do à política pública de Restaurantes Populares, da região de Juiz de Fora (Pereira, 2018).

Outras informações foram analisadas conjuntamente em três seções ou categorias nas quais foram alocados os documentos a depender da prioridade na abordagem dos documentos. Foram estabelecidos três eixos: meio ambiente, direitos humanos e aspectos político-econômicos.

### *3.1. Interfaces com o meio ambiente*

As interfaces com o meio ambiente se relacionam aos sistemas produtivos mais sustentáveis pautados no modelo de produção agroecológico, segurança hídrica, proteção dos recursos naturais e diversidade genética. São pautados aspectos tais como uso de agrotóxicos, sementes geneticamente modificadas e transgênicas. Todas essas questões estão diretamente ligadas à proteção do meio ambiente e à dignidade da pessoa humana, conforme a Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos (UNESCO, 2006).

Cruz (2017) e Andrade (2019) trouxeram a incorporação dos agrotóxicos como uma necessidade mercadológica decorrente do pós-guerra, uma vez que esses produtos eram utilizados como armas de guerra, logo, carentes de um novo mercado. Ademais, acrescentaram que, no Brasil, esse processo expansionista de agrotóxicos ocorreu no período militar em 1976, com o Plano Nacional de Defensivos Agrícolas, que estabelecia uma política de crédito rural condicionante à utilização de pesticidas.

Ao longo de sua pesquisa, Cruz (2017) demonstrou que, no contexto brasileiro, o aumento dos usos de agrotóxicos está diretamente ligado ao aumento do sistema de produção de monocultura voltado à exportação, o que cria uma dependência

a longas extensões de terra e grandes quantidades de produtos químicos.

Cruz (2017), Andrade (2019), Cavalcante (2017), Costa (2016) e Furlan (2016) pontuam diversos aspectos negativos da utilização dos agrotóxicos e apresentam o agronegócio como um modelo de produção espoliativo, opositor à promoção da SSAN. Andrade (2020) e Pinto (2017) consideram a apropriação conceitual de segurança alimentar como meio de autopromoção e justificativa para os sistemas produtivos utilizado pelo agronegócio. Igualmente, ocorreria com o termo sustentabilidade.

Furlan (2016) acrescenta que esse paradigma agroquímico envolve o uso de sementes transgênicas e agrotóxicos como componentes essenciais da chamada agricultura moderna, ignorando os gastos posteriores com a saúde dos indivíduos intoxicados ou da população que consome veneno diariamente. Dessa forma, demonstra a sobreposição dos interesses mercadológicos em prol dos lucros, não havendo uma contabilização dos custos de saúde e socioambientais.

Nos trabalhos que abordam a trajetória de SSAN, assim como destaca Costa (2016), é notória a influência das classes e setores dominantes, mesmo que de forma indireta, não ocupando os altos cargos de poder, interferindo no aparato estatal. Costa (2016) apresenta tendências constantes de desregulamentação e flexibilização no mercado de agrotóxicos. A situação torna-se mais preocupante tendo em vista que o Brasil é um dos maiores consumidores de agrotóxicos no mundo e ainda vê tramitar em suas casas legislativas o chamado Pacote do Veneno, com objetivo de esfacelar a re-

gulação de agrotóxicos a fim de ampliar e facilitar o uso de venenos.

Andrade (2019) retoma crítica à nomenclatura utilizada pela indústria que, buscando apresentar os venenos como meios de defender as produções das pragas, utiliza o termo defensivos agrícolas. A utilização de nomenclaturas diversas busca causar menor impacto aos ouvidos da sociedade. Em contraposição, traz o conceito de Rachel Carson, com a nomenclatura biocida, uma vez que tais pesticidas ceifam as formas de vida.

Quanto aos danos da ingestão de alimentos contaminados com os agrotóxicos e o risco de modo geral da manipulação da biotecnologia no campo, tanto Andrade (2019) como Alves (2017) se pautam na teoria dos riscos de Ulrich Beck, na teoria das incertezas de Ilya Prigogini, na teoria dos riscos de Niklas Luhmann e na teoria da modernidade reflexiva, de Anthony Giddens. Assim, diante de todas as incertezas quanto aos perigos, a melhor solução seria adotar o princípio da prevenção e da precaução.

Ao longo de sua pesquisa, Furlan (2016) destaca a erosão genética que se consolida no ciclo produtivo com as sementes geneticamente modificadas. A perda da biodiversidade está ligada a esse processo substitutivo das sementes tradicionais, e também dos saberes e culturas. A utilização dessas sementes não é sustentada por uma vantagem competitiva, mas pelo monopólio empresarial. As sementes possuem uma tecnologia *terminator*<sup>3</sup>, em que após a colheita tornam-se estéreis, criando um vínculo de dependência entre o produtor e as empresas (Furlan, 2016).

<sup>3</sup> Há cultivares transgênicas que não utilizam a tecnologia terminator, também conhecida como Genetic Use Restriction Technologies (GURT) ou que indica a restrição de uso de tecnologias genéticas para fins de proteção de propriedade intelectual. As empresas produtoras de sementes costumam anunciar as características vinculadas aos resultados esperados por meio de siglas mencionadas. A soja RR, por exemplo, seria resistente ao glifosato. Já a soja BT teria resistência a insetos.

Mesmo para os produtores que não as utilizam, em decorrência do processo de polinização, as sementes crioulas são contaminadas, ou seja, sofrem interferências e mutações. Furlan (2016) e Medeiros (2020) fortalecem a imprescindibilidade das sementes crioulas para a soberania alimentar. Tanto na sua aplicabilidade quanto no âmbito econômico, o Brasil se destaca como produtor mundial de soja crioula, inclusive, trata-se de um setor que possui maior lucratividade do que a soja transgênica (Furlan, 2016).

Outro ponto levantado por Furlan (2016) é a lucratividade em decorrência dos royalties. Os produtores rurais que utilizam sementes geneticamente modificadas são obrigados a pagar direitos autorais a empresas que as produzem. As sementes crioulas são símbolo de resistência e sobrevivência dos camponeses, frente à mundialização da agricultura.

Cavalcante (2017) foca na segurança hídrica como componente direto e indireto da segurança alimentar. Esse foi o único trabalho, que analisou a região de Rondônia, e que se voltou à questão hídrica. De forma indireta, tem-se, também, o trabalho de Andrade (2020), discutindo a política de cisterna de água. Os demais abordaram apenas o viés da contaminação hídrica proveniente dos agrotóxicos.

De todos os recursos naturais, a água é a que mais se distancia de um modelo de mercado, de um elemento que possa ser privatizado, em decorrência de sua característica de distribuição; seu caráter insubstituível e indispensável, além de possuir a natureza como única produtora (Cavalcante, 2017). Considerando que a valorização inadequada ou insuficiente dos recursos naturais pode causar mais prejuízos do que negação de valores atribuídos a esses recursos, Cavalcante (2017) defende a necessidade de contabilização do uso da água.

Com tal perspectiva, Cavalcante (2017) traz o conceito de água virtual. Trata-se de toda água utilizada direta ou indiretamente na produção, embutida em toda cadeia de produção. Em que pese a inalienabilidade da água, há um intenso comércio, devendo o poder público geri-lo. A autora menciona a existência de discordância acadêmica no que tange à discussão dos ganhos obtidos pela utilização de recursos naturais se sobrepõem às perdas (Cavalcante, 2017).

Opondo-se a esse entendimento, Cavalcante (2017) defende a economicização dos recursos naturais e hídricos como justiça hídrica, e fundamenta que esse processo de apropriação de bens naturais resulta em diversos conflitos. Nesse sentido, e tendo em vista a noção de preço hídrico, os custos hídricos devem ser internalizados pelas instâncias produtoras, e fiscalizados com fundamento no princípio do poluidor-pagador, e no desenvolvimento hidrossustentável.

Para Cruz (2017) e Medeiros (2020), a agricultura familiar contribui para a produção de alimentos mais sustentáveis e que estão interligados com o desenvolvimento rural e proteção da biodiversidade. Bittencourt (2019) e Andrade (2019) trabalham a agroecologia como sistema contra-hegemônico e símbolo de resistência aos monopólios alimentares. A soberania alimentar se insere no discurso agroecológico por meio de concepções de sustentabilidade, democracia, justiça social e resistência, consistindo em forma de integrar os pequenos produtores social e economicamente.

Quanto à agroecologia, Santos (2018), Florisbello (2020) e Bittencourt (2019) destacam o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), como promotor de garantias jurídicas para os produtores, assegurando acesso de recursos

---

de produção orgânica, capacitação técnica, ampliação dos seguros e auxílio na comercialização. Os autores também abordam a dificuldade que permeou a aprovação do plano devido às interferências da bancada ruralista. Porém, de modo geral, pouco é debatido sobre o Planapo nos trabalhos analisados.

A importância da agricultura urbana ou periurbana (AUP), ou seja, a prática agrícola no espaço urbano é discussão praticamente inexistente. A única pesquisa que trabalhou esse aspecto foi a de Sousa (2019), sendo este seu foco basilar, em que defende a AUP como uma forma alternativa de produção de alimentos e qualidade ambiental, baseado na compreensão de Abramovay.

### *3.2. Interfaces com os direitos humanos*

A proteção aos direitos humanos inclui a alimentação adequada e saudável, bem como a saúde pública, o respeito à pluralidade cultural e a diversidade de hábitos alimentares. Para compreender a dieta alimentar de um povo é necessário observar seu sistema alimentar. Isso só é possível se se compreender os sistemas alimentares como um complexo que vincula as pessoas, o ambiente, a produção, a circulação do alimento e a infraestrutura para que ele possa chegar à mesa do consumidor (Melo, 2020).

Os regimes alimentares também influenciam nos sistemas alimentares. Melo (2020) define os regimes alimentares como cadeias que impactam as culturas alimentares do mundo em decorrência do processo de mercantilização, e, portanto, conectam-se com as questões políticas internas e externas do Estado. Ao longo de seu trabalho, o autor detalha os regimes alimentares, tendo como referencial teórico McMichael e Friedmann.

O processo de industrialização alimentar influencia o sistema alimentar e promovendo uma ditadura do alimento em que o operador interfere na escolha de cada povo quanto àquilo que será consumido. Esse processo gera consequências, desencadeando uma série de doenças crônicas, que Melo (2020) chama de custo social. Isto é, o custo social seria o resultado da relação entre produção e o impacto na integralidade do consumidor final. A mera produção, nessa perspectiva, já pode desencadear danos. Esses custos sociais podem ser resumidos em uma série de violações de direitos sociais.

Melo (2020) aborda a perspectiva da intervenção do Estado em prol do aspecto econômico e do setor privado vinculado ao Estado enquanto seu financiador ou incentivador a fim de discutir os impactos dessa dinâmica no direito humano à alimentação adequada. Conclui, nesse aspecto, que o Brasil possui um modelo de intervencionismo híbrido e regime alimentar pautado no estilo desenvolvimentista nacional, uma vez que as influências do poder econômico produzem efeitos não apenas no âmbito econômico, mas também no normativo e nas escolhas alimentares da população.

Como exemplo recente desses apontamentos, aponta-se a Nota Técnica nº 42, emitida em 2020 pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento dirigida ao Ministério da Saúde. O documento levanta suposta necessidade de revisão do Guia Alimentar para a População Brasileira sobre a justificativa de que não mais caberia a recomendação para que se evite o consumo de alimentos ultraprocessados. O Guia, produzido em 2014, seria um “evidente ataque sem justificativa a industrialização” (Brasil, 2020). O MAPA ainda finaliza a nota afirmando falsamente que o Guia Alimentar brasileiro seria considerado um dos

piores do planeta e apregoando o uso da NOVA classificação. É de se esclarecer que a “classificação NOVA” foi nomeada deste modo sem que se remeta a qualquer acrônimo, com claro objetivo de ressaltar hipotético atraso no documento anterior. Trata-se de importante passo no sentido de desfazimento das conquistas relacionadas ao direito humano à alimentação porque a NOVA permite maior influência dos níveis de processamento no quantitativo nutricional e amplia a potencialidade de risco de doenças crônicas como a obesidade.

A apresentação desses argumentos por parte de integrantes do Poder Executivo demonstra, primeiramente, a afronta à construção histórica, científica e social da amplitude da concepção de alimentação adequada e saudável (Paiva *et al.*, 2019).

Em segundo lugar, conforme apresenta a manifestação do Nupens da USP (2020), a nota desconsidera a ciência brasileira e omite os mais de 400 estudos publicados na PubMed sobre a relação da classificação NOVA e a concepção de alimentos ultraprocessados, além de todas as revisões de literatura feitas ao longo dos anos (Paiva *et al.*, 2019).

Em um terceiro aspecto, a NOVA desconsidera estudos internacionais, como os de Hall KD *et al.* (2019) *Ultra-Processed Diets Cause Excess Calorie Intake and Weight Gain: Na Inpatient Randomized Controlled Trial of Ad Libitum Food Intake*, publicado em 2019 e vinculado a National Institutes of Health, um dos centros de pesquisas de saúde mais importantes do mundo, que confirma a relação de causalidade de aumento de gordura corporal e o alto consumo de ultraprocessados (Nupens USP, 2020).

Por último, quanto à afirmação de termos da qualidade do Guia Alimentar brasileiro, ele é reconhecido internacionalmente pela FAO, OMS e UNICEF como um exemplo. Ademais, na revista

*Frontiers in Sustainable Food Systems*, em 2019, o Brasil teve a melhor pontuação de desempenho quando analisado seu Guia Alimentar, quanto à relação de sustentabilidade, saúde, sociocultural, economia e política entre os países observados (Ahmed *et al.* 2019; Nupens USP, 2020).

É responsabilidade do Estado assegurar a efetividade do DHAA e da SSAN e que esses alimentos sejam saudáveis, sustentáveis, integrantes culturalmente, de modo que estejam atrelados ao resgate e à preservação dos hábitos alimentares culturais e sua diversidade. Nesse sentido, o Guia alimentar tem um importante papel ao agregar e respeitar esses hábitos, e a inserção de alimentos ultraprocessados, obviamente, não se caracteriza a esse processo (Nascimento, 2020).

Paiva *et al.* (2019) realizam análise documental dos textos produzidos pelo Ministério da Saúde, entre outros órgãos, desde a primeira publicação em 1950, em busca da emergência do reconhecimento da alimentação saudável ou adequada. Essa adjetivação do alimento como adequado é importante, pois, o conceito é “[...] determinado por um conjunto de condições prevaletentes, dentre as quais as sociais, econômicas, culturais, climáticas e ecológicas, [...] a noção de sustentabilidade [...] e a ideia de acessibilidade e disponibilidade dos alimentos” (Paiva *et al.*, 2019, p. 4).

O termo saudável parte da contribuição da ciência da Nutrição, e aos poucos foi incorporado à alimentação. Paiva *et al.* (2019) destacam que a terminologia – alimentação adequada e saudável – é genuinamente brasileira, não sendo encontrado nenhum termo correspondente em inglês. Logo, esse conceito só se incorpora com o reconhecimento da estrutura de favorecimento às doenças crônicas não transmissíveis.

Paiva *et al.* (2019) afirmam que, naquele momento, era preciso traçar uma estratégia global para o problema da fome e da epidemia da obesidade, evidenciando o papel dos Estados na coordenação de políticas públicas e planos direcionados para essa concepção de alimentação saudável.

A respeito da individualidade e coletividade dos hábitos alimentares, e do acesso à terra, todos os trabalhos apresentaram, mesmo que superficialmente, o processo de industrialização alimentar e da agricultura comopositor ao respeito de valores culturais. O debate sobre a acessibilidade da terra está diretamente ligado à SSAN e ao discurso contra-hegemônico.

Em seu estudo de caso que utilizou a metodologia campesino a campesino, Faria (2017) debate como a Comunidade Quilombola de Colônia do Paiol vem perdendo seus hábitos alimentares. Avalia, ainda, a tendência de ruptura de suas tradições frente às interferências da cultura global. Elementos industrializados vêm sendo incorporados, as práticas de cultivo são deixadas de lado e a produção passa a ser insuficiente devido a pouca quantidade de terra disponível, uma vez que a territorialização não se dá de forma igualitária.

Botelho (2020), Zanotto (2017), Fabricio (2016) e Ribeiro (2016) apresentam a soberania alimentar como sinônimo de emancipação humana e trabalham a questão agrária como uma luta de classes antagônica, em meio à formação de latifúndios pela classe dominante e a impossibilidade de desenvolvimento, condicionando os demais à miséria, frente ao monopólio e a concentração de terra. Ribeiro (2016) e Zanotto (2017) destacaram o papel da via campesina na construção desta perspectiva global e nacionalmente.

Pela perspectiva decolonial, conforme entendimento de Botelho (2020), a terra não é resumida a uma questão econômica para os camponeses, mas constitui um espaço de pertencimento. Trata-se de algo que lhes é natural. Na terra se conjugam os verbos ser, fazer e viver. A leitura remete à Pachamama, a Mãe Terra, que carrega o sentido da vida e da existência. Em contraposição, o agronegócio molda o latifúndio improdutivo em um agronegócio capitalizado.

Trata-se de uma imposição de roupagem colonial, reflexo do sistema-mundo moderno para a necessidade de conversão do que seria tido como rústico ao civilizado, reduzindo a uma estrutura limitante e única, que desterritorializa e estabelece uma homogeneização em cadeia, inclusive dos hábitos de consumo (Botelho, 2020).

### *3.3. Interfaces com os aspectos político-econômicos*

Todos os autores analisados entendem que o processo de industrialização impacta não apenas nas mudanças de hábitos ou costumes alimentares, mas em todo o aspecto cultural.

Melo (2020) apresenta que o consumo de alimentos impróprios ou danosos à saúde está ligado diretamente às atividades industriais, que se expandem vertiginosamente, afetando o padrão alimentar. Nesse sentido, pela perspectiva jurídica, faz um mapeamento normativo e pontua a propaganda, a tributação e a rotulagem nos nutrientes como mecanismo de intervenção estatal opostos ao aumento de doenças crônicas não transmissíveis. É o único texto dentre os analisados a fazer essa abordagem.

Guimarães (2020) realiza uma avaliação historiográfica das políticas públicas voltadas à

alimentação e à nutrição, periodizando em cortes analíticos de 1930/1964, 1965/1988, 1989/2001, 2002/2010.

A primeira fase foi caracterizada pelo intervencionismo e perspectiva de educação alimentar, na qual se acreditava que o brasileiro se alimentava mal por falta de conhecimento. A segunda, baseia-se em ações de suplementação alimentar apoiadas pela Ditadura Militar, com vistas a prestigiar as indústrias de alimentos conforme influência estadunidense à chamada ajuda alimentar. A última fase foi definida por um binômio de redução às políticas existentes, mas, posteriormente, de construção de uma agenda política alimentar. Após esse período, de 2003 a 2010, verificou-se um avanço ao enfrentamento da fome e a pauta de SAN (Guimarães, 2020).

Dos textos elegíveis, 15 tinham como foco as políticas públicas, com destaque para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Muitos autores se restringiam a uma região específica. A despeito disso, procedeu-se análise do aspecto geral dos documentos e foram considerados os argumentos dos beneficiários desses programas a fim de estabelecer uma relação prática-teoria.

Facco (2019) destaca que havia um vácuo em ações do governo para as políticas agrícolas direcionadas à agricultura familiar e, como pontua Mendes (2017), a criação do PAA está atrelada às manifestações sociais em prol do reconhecimento da produção camponesa, sendo a primeira política voltada à produção camponesa no Brasil. Os autores também apresentam pontos semelhantes, e resumem o PAA como um programa estratégico de excedentes, que possui uma tarefa socialmente importante na criação de oportunidades de trabalho e renda para os camponeses além de ampliar a oferta de

alimentos para aqueles que estão em situação de insegurança alimentar (Mendes, 2017; Facco, 2019).

De forma geral, o PAA possui diversas modalidades de execução, mas não é o objetivo detalhá-las ou trabalhá-las nesta pesquisa. São elas: compra com doação simultânea; apoio à formação de estoques; compra direta da agricultura familiar; incentivo à produção e ao consumo de leite (PAA-leite); compra institucional; aquisição de sementes. Facco (2019) ressalta que, ao longo da execução, o PAA enfrenta influência de corporações e lobby do agro-negócio para que não seja ampliado ou renovado.

Mendes (2017) avalia as constantes reduções orçamentárias dos programas direcionados à agricultura familiar. Em comparação ao que é investido no agronegócio, os valores utilizados na realização do PAA são irrisórios (Mendes, 2017).

Para Facco (2019), a defesa dos mercados institucionais trata apenas de mera apropriação do Estado. Na prática, o enfrentamento à pobreza e a pretensão de desenvolvimento rural é feita com poucos recursos e o PAA se distribui em micropontos em meio à agricultura hegemônica do regime alimentar corporativo, vasto no território brasileiro.

Mendes (2017) e Facco (2019) entendem que os obstáculos burocráticos e o desconhecimento das práticas agrícolas constituem falhas do sistema de crédito. Os camponeses têm sua produção vinculada à natureza e toda a sua dinâmica, respeitando a sazonalidade, época de colheita e plantio. Assim, quando há mora na autorização do projeto há incompatibilidade da produção, pois o período de plantio daquela cultura pode passar e afetar toda a operação de entrega e troca de produtos. Por isso, Mendes (2017) compreende que seria necessário promover facilitação dos mecanismos de troca.



Essa troca é realizada nos projetos do PAA, na modalidade de Compra com Doação Simultânea (PAA-CDS). Trata-se de uma alteração do item que deveria ser entregue, pois impossibilidade de seguir o que fora inicialmente planejado. Logo, um produto deve ser trocado por outro de igual valor, por meio de um documento chamado Solicitação de Alterações. No entanto, todo esse processo é extenso e burocrático, podendo levar por volta de 3 a 4 semanas, comprometendo a qualidade do alimento (MENDES, 2017).

Para não perder a produção, muitos agricultores começaram a realizar suas trocas entre si, sem comunicar a Conab. No entanto, para fins de prestações de contas era mantido intacto o disposto no projeto, dado como cumprido em sua integralidade. Mendes (2017) e Amaral (2018) citam como exemplo a operação Agro-fantasma, em 2013, no Paraná, em que se apurou desvio de recurso do PAA e levando a prisão preventiva, e posteriores absolvições dos agricultores envolvidos. Como pontua Mendes (2017, p. 66), essa operação evidenciou os obstáculos normativos existentes na execução do PAA e o fato de que “a natureza do programa não é condizente com a realidade camponesa e da classe trabalhadora”.

A questão burocrática é um ponto muito discutido em todas as pesquisas que abordam o PAA. A dificuldade de conseguir todos os papéis exigidos; a falta de acesso à internet; seguidos da descontinuidade dos programas ao longo do tempo que traz instabilidade aos agricultores; a demora na liberação dos pagamentos; a dificuldade em adequação às normas sanitárias exigidas são alguns dos entraves citados. Os problemas operacionais do programa acabam prejudicando os agricultores, gerando incredibilidade e desestimulando a adesão ao PAA,

já que essas questões acarretam prejuízos aos agricultores (Souza, 2018; Peixoto, 2016; Kraiewski, 2017; Mendes, 2017; Facco, 2019).

Porém, para Rangel (2018), essa atuação burocrática é um elemento essencial para subsidiar uma série de exigências de produção de documentos. A oficialidade e publicidade de ato são partes importantes do processo, auxiliando na quantificação e na compreensão de resultados alcançados. Assim, Amaral (2018) analisa essa dualidade da burocracia: a inserção dessas exigências retira a autonomia e o protagonismo dos agricultores; mas, por outro lado, é uma forma de identificar os usuários, criar um banco de dados, facilitando a análise de desempenho e trazendo transparência.

Mendes (2017) apresenta ainda que, no PAA-CDS, há cobrança de imposto naquilo que o camponês comercializa, mas, para os produtores de commodities, exportadores, há isenção de impostos pela Lei Kandir (Lei Complementar nº 87 de 1996). Além disso, a Lei nº 12.865/2013 suspende a incidência da contribuição para o PIS/PASEP sobre receitas que sejam decorrentes da venda de soja.

Voltando-se ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), um dos programas mais antigos, existente desde 1955, chamado, inicialmente, de Campanha da Merenda Escolar, Rodrigues (2017) estabelece um agrupamento histórico para compreensão dessa política. De 1954-1971, destaca-se o foco na distribuição de alimentos advindos de “ajuda alimentar” internacional e influência norte-americana.

A alimentação estava atrelada à relação de desenvolvimento econômico; fomento à industrialização e também foi utilizada como mecanismo de ampliação de mercado, padronizando os hábitos alimentares (Ribeiro, 2017; Guimarães, 2020). Os

representantes do poder público da época acreditavam que algo que é de “graça” não necessitava ser de boa qualidade (Rodrigues, 2017). Josué de Castro, como deputado, fez diversas denúncias sobre o argumento que essa postura enfraquecia o mercado interno, gerava dependência e introduzia alimentos não compatíveis à cultura alimentar do país.

Notou-se uma similaridade entre o PAA e PNAE na contestação a burocracia. Pinto (2017), Mendes (2017), Carvalhosa (2018) e Rodrigues (2017) citam como pontos mais indicados nas entrevistas de campo: a dificuldade em acesso a documentos e adequação às normas sanitárias; a inviabilidade na regularidade e constância nos fornecimentos de alimentos, falhas na obrigatoriedade de 30% provenientes do PAA, a ausência da devida publicidade aos atos de chamada pública, a fim de beneficiar empresários ou em troca de favores, com a justificativa de poucos interessados, e a necessidade de participação no Conselho de Alimentação Escolar.

Ribeiro (2017) realizou uma pesquisa de campo em duas escolas no município de Juiz de Fora e em Lisboa, Portugal (estaduais e municipais). Foram considerados apenas os apontamentos vinculados ao Brasil. Como dificuldades, indica a relação de resistência na recepção dos alunos ao cardápio, que é modificado constantemente, e indisponibilidade dos alimentos. Em ambas as escolas, há preferência pelos alimentos industrializados e não houve iniciativas de educação alimentar. Ribeiro (2017) e Carvalhosa (2018) afirmam que, apesar das modificações dos cardápios, considerando os alimentos recebidos, é quase impossível seguir o planejamento. Essas pesquisas, porém, não analisam a efetividade das políticas públicas, apenas a autonomia das escolas e sua influência.

Um dos trabalhos trouxe os restaurantes populares como política pública de forma específica, porém, voltada às limitações dos arranjos jurídico-institucionais promovedores da participação social de controle. Pereira (2018), mediante sua pesquisa de mapeamento normativo descritivo, avalia a dificuldade de execução do direito positivo diante da política autoritarista que limita essa atuação e a necessidade de desburocratização, inclusive do próprio Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), promovendo a ampliação da representatividade da sociedade civil e mecanismos de deliberações mais robustos.

Apenas três trabalhos abordaram o CONSEA. Um deles analisou o CONSEA em âmbito federal e sua efetividade no período de 2011 a 2014 (Governo Dilma Rousseff). Outro, em âmbito estadual, na mediação das políticas de SAN de Minas Gerais. Um terceiro discutiu as consequências de sua extinção no contexto da pandemia Covid-19.

Santos (2016, p. 46), em sua análise documental das Atas e pareceres do CONSEA de 2011 a 2014, afirma que o CONSEA possuía pouca efetividade, porque “[...] não consegue exercer controle social sobre as ações estatais que afetam a área de segurança alimentar”. O autor critica o que ele chama de sistema político tradicional e o efeito democrático insuficiente dos conselhos.

Ao analisar as Atas, verificou que, nas plenárias, o governo possui posicionamentos previamente consolidados. Segundo Santos (2016), as contestações apresentadas pelo CONSEA fazem pouco efeito no Poder Legislativo, tendo pouca correspondência entre o Conselho e o que é efetivamente decidido. Para Santos (2016), com a pseudoparticipação, há a institucionalização da democracia, mas apenas como estratégia de governabilidade, pois

---

no campo prático não há muito controle ou poder modificativo.

Já Florisbello (2020) enaltece as bases socio-políticas do CONSEA com sua origem alinhada ao movimento de redemocratização do Brasil e a institucionalização de uma agenda para a promoção da SAN. Nesse sentido, ressalta a instabilidade política brasileira ao longo da história, o processo de consolidação da democracia e a influência do referencial global que impacta nas questões econômica, social, na cidadania e ação pública.

Ao contrário de Santos (2016), Florisbello (2020) tem uma visão positiva do impacto do CONSEA, em que pese a área de análise ter dimensões e períodos distintos, os pontos de referência global e setorial também afetam as perspectivas. Recine *et al.* (2020) também vai pela mesma linha, trabalhando os impactos positivos do CONSEA em âmbito federal para a promoção da SAN ao longo da história, como a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLASAN) e a aprimoração do PNAE com a obrigatoriedade de 30% das aquisições de alimentos serem provenientes da agricultura familiar (PAA). Importante ressaltar o local de fala de Recine *et al.* (2020), em sua relação direta com o CONSEA, atuando como conselheira desde 2007, e nomeada presidente na gestão de 2017 a 2019.

Recine *et al.* (2020) contesta a MP 870/2019, que alterou a composição do Poder Executivo, reduzindo Ministérios e levando a inoperabilidade do CONSEA, como fator resultante da desarticulação de todo o sistema nacional de políticas públicas, trazendo consequências, mais intensas, às pessoas em situações de maior vulnerabilidade, principalmente, no contexto de crise sanitária com a pandemia de Covid-19.

Recine *et al.* (2020), Rangel (2018) e Cruz (2018) afirmam que antes do contexto pré-pandêmico o Conselho já apresentava dificuldades de desempenho, havendo assimetrias de poder, pouca diversidade de representatividade. Já havia um enfraquecimento das políticas de SAN na gestão Dilma, que seguia um modelo econômico moderado, e se aprofundou no Governo Temer. Com a desativação da Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), as políticas deixaram de ser monitoradas. O PLASAN chegou ao fim, com seu período de execução de 2016 a 2019 sem indicação de renovação.

Para Recine *et al.* (2020) a extinção do CONSEA é sinônimo de retrocesso, compromete a continuidade das políticas públicas. Kraiewski (2017) também ressalta o impacto do teto de gastos públicos, com a PEC 55/2016, restringindo os recursos orçamentários. Todos esses fatores trazem preocupação ao cenário contemporâneo de SAN e consequências avassaladoras para o futuro. O fato de a MP 870/2019 significar a extinção do SISAN foi mencionado por todos os autores.

Como é possível depreender dos textos de Santos (2016), Florisbello (2020), Recine *et al.* (2020) e Cruz (2018), há um consenso sobre a dificuldade de análise de efetividade em decorrência da redução de orçamentos e falta de continuidade de políticas públicas nas mudanças de governo. Como resumem Mendes (2017), Rangel (2018), Costa (2016) as políticas brasileiras são políticas de Governo e não de Estado. Costa (2016), mediante análise histórica, afirma que governos neoliberais tendem a descontinuidade de ações, principalmente na área social, e trata dos retrocessos e instabilidades na SAN e da articulação da Frente Agropecuária para promoção de interesses de classes dominantes.

As medidas de isolamento social desencadearam um impacto econômico e social, aumentaram a insegurança alimentar e prejudicaram o fornecimento de alimentos. Num primeiro momento, os pilares da SAN, como a disponibilidade, acessibilidade física e econômica do alimento foram diretamente afetados, impactando fortemente a população mais vulnerável. Pessoas que outrora já estavam em situação de instabilidade, tiveram sua situação agravada. Aqueles que possuíam recursos financeiros tiveram seus hábitos alimentares alterados: o consumo de alimento ultra processados aumentou, em decorrência de seu baixo valor (Martinelli *et al.*, 2020).

Nesse contexto, Martinelli *et al.* (2020) ressaltam a importância do auxílio emergencial, além da necessidade de fortalecer a agricultura familiar, por seu papel na garantia da SSAN, gerando trabalho e renda no campo, mantendo a cultural local viva e valorizando hábitos alimentares. Considerando a importância da agricultura familiar, seria necessário investir na ampliação do PAA, em linhas de crédito especiais, na priorização de compras de alimentos de comunidades tradicionais e no fortalecimento dos circuitos curtos de abastecimento.

Martinelli *et al.* (2020) destacam medidas positivas para a promoção do direito à alimentação durante a pandemia, como a flexibilização do PNAE e a oferta de kits de alimentos ou refeições prontas, com o intuito de não suspender o programa. Porém, os autores lembram os desafios nos fornecimentos desses kits quanto à dinâmica de preparo, distribuição no contexto da Covid-19, ou a concessão de vale-alimentação, o que desvincula a necessidade de aquisição de alimentos com os agricultores familiares.

### 3.4. Uma reflexão sobre o cenário contemporâneo de SSAN

Indo além dos trabalhos inicialmente selecionados, o estudo da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN), lançado em 2021, indicou que 55,2% dos domicílios analisados estavam em situação de insegurança alimentar. Esse número representa um aumento de 54%, se comparado aos dados de 2018. Ainda, 9% dos lares estavam em insegurança alimentar grave. Ou seja, 116,8 milhões de pessoas se encontravam situação de insegurança alimentar, o equivalente a duas vezes a população da Argentina. 19,1 milhões de pessoas se encontravam em insegurança alimentar grave, o que se aproxima da população da Grande São Paulo. Enquanto a insegurança grave na zona urbana é de 9%, na zona rural é de 12%. O Brasil não passa apenas por uma crise sanitária, mas também de fome.

Se se analisar as políticas públicas como PAA e o repasse de recursos, de 2015 a 2019, tendo como base a modalidade de Compra para Doação Simultânea, uma das principais formas de operacionalização, mediante os dados retirados do boletim da Conab de setembro de 2021, verifica-se um movimento de redução de investimentos (Figura 2). Esse fato impacta não apenas os agricultores familiares, mas a segurança alimentar de forma geral. Os produtores passam a ter uma única saída de mercado e o que interfere na confiança do programa (Brasil, 2021).

O informe do FIAN de 2019 aponta reduções orçamentárias em diversos equipamentos do SAN, como os restaurantes populares; banco de alimentos, cozinhas comunitárias, o PAA (Figura 3) e o Programa Bolsa Família (Santarelli *et al.*, 2019).

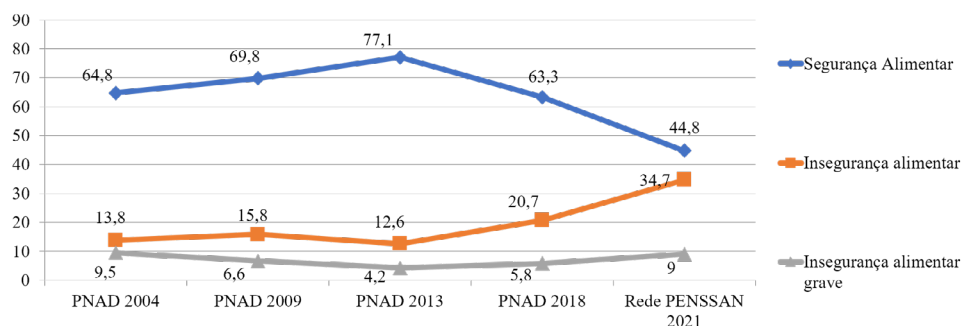


FIGURA 2 – Segurança e insegurança alimentar no Brasil (2004-2020).

FONTE: Elaborado pelos autores (2021); REDE PENSSAN (2021).

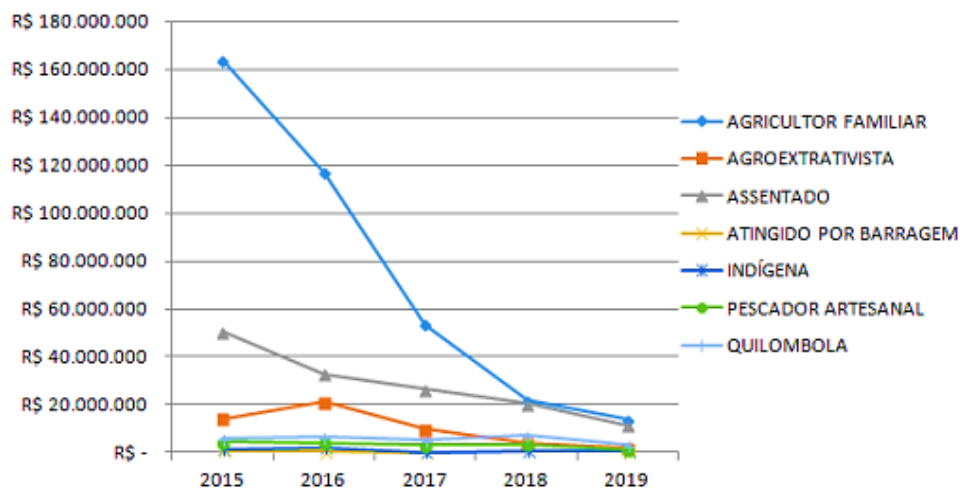


FIGURA 3 – Evolução do investimento no PAA-CDS por categoria de fornecedor de 2015-2019.

FONTE: Elaborado pelos autores (2021); Brasil (2021).

Somados a essas problemáticas, a inflação oficial de 2020 foi de 6,25%. Produtos como carnes tiveram um aumento de 17,9%, arroz 76%, feijão 68%, frutas 25,4%. Se analisados, segundo o IPEA, a inflação teve um impacto de 6,22% para a população mais pobre, enquanto que para os ricos foi de 2,74%. Ainda, a taxa de desemprego aumentou e atualmente é de 14,1% e a renda não acompanha a elevação do custo de vida (Mitidiero Junior; Goldfarb, 2021).

Em janeiro de 2022, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) acumulado de 12 meses foi de 10,38% (IBGE, 2022), o que demonstra que o poder de compra dos brasileiros e, consequentemente, a possibilidade de acesso à alimentação encontram-se em perceptível queda.

A situação é preocupante e há poucas esperanças de melhora a permanecer o entendimento adotado pelo ocupante da Presidência entre 2019 e 2022. O Teto de Gastos instituído em 2016 (PEC 55/2016),

as limitações orçamentárias, a MP nº 870/2019, que desarticulou o SISAN, extinguindo órgãos responsáveis pelo monitoramento e planejamento de ações de promoção a SSAN como o CONSEA, Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO), Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (CIAPO), dificultam, inclusive, a mensuração do patamar atual de SSAN, pois é praticamente impossível obter de dados oficiais atualizados. O Brasil retornou ao Mapa da Fome e os (ir)responsáveis pela condução do país decidiram que ocultar os dados causa menos danos do que permitir que os brasileiros padeçam à míngua.

#### **4. Considerações finais**

Com base nas pesquisas analisadas, constatou-se que, quando se trata de SSAN a respeito das perspectivas relativas ao meio ambiente, os pontos mais discutidos são o uso de agrotóxicos e sua intensificação, a contaminação dos recursos naturais, as isenções fiscais e as mudanças legislativas que ampliam a incorporação destes pesticidas, como o Pacote do Veneno. O confronto ao discurso hegemônico, pautado no produtivismo e no controle de bens naturais subjugados a interesses financeiros, também aparecem com frequência nas análises, assim como a utilização de sementes geneticamente modificadas e transgênicas e seus efeitos na redução e extinção da biodiversidade, os impactos nas lavouras de sementes crioulas em decorrência da polinização e a desvalorização dos saberes dos camponeses. Como modelos alternativos foram apresentados: a agricultura familiar, a agricultura orgânica, a agricultura urbana e periurbana, e a agricultura agroecológica.

Quanto aos direitos humanos, os debates estão alinhados à garantia da alimentação adequada e

saudável, e a tendência de industrialização e padronização dos hábitos alimentares. Pela perspectiva político-econômica, as políticas públicas como PAA e PNAE foram as mais abordadas. No que tange o PAA, os temas que se destacaram foram: a drástica redução orçamentária ao longo dos anos e seus impactos, a dualidade entre o excesso de burocracia das normas, que não se adequam à realidade camponesa, e a necessidade de instrumentos burocráticos como forma de controle das ações e mensuração do alcance das políticas públicas. Na perspectiva do PNAE, destacaram-se, também, a burocracia e as dificuldades de adaptação às normas sanitárias, assim como as constantes mudanças do cardápio escolar e as influências das indústrias alimentícias.

Vários trabalhos também se dedicaram a discutir o papel do CONSEA. Percebeu-se que trabalhos mais antigos abordam o CONSEA de forma mais crítica, analisando a sua real efetividade. Por suas vezes, as pesquisas mais recentes valorizaram mais as conquistas do CONSEA e trazem os impactos de sua extinção em 2019, mediante a MP 870, que desarticulou e fragilizou a estrutura do SISAN. Nesse ponto, vale destacar que o contexto em que foram coletados os dados acaba refletindo o cenário político e científico brasileiro a partir de 2018. Com os recortes de liberação de agrotóxicos no Brasil, a desconstrução da política ambiental e o regresso do país ao mapa da fome, é possível que exista tendência de ampliação da temática ora discutida a partir da expansão dos problemas a ela atrelados. A verificação dessa tendência, no entanto, dependerá do trabalho de futuros pesquisadores que se dediquem a vincular a quantidade de trabalhos produzidos à repercussão social e política dos assuntos em pauta em cada momento.

Ainda, foram analisadas questões envolvendo o cenário atual de Covid-19, medidas para mitigação

dos impactos, como a flexibilização do PNAE, a necessidade de fortalecimento do PAA, o auxílio emergencial e a política de auxílio financeiro.

De todos os textos analisados, sete são da área do direito. Todos trabalham a perspectiva do direito humano à alimentação adequada, sendo um voltado ao agrotóxico, de forma central, (Andrade, 2019), tornando-se um ponto comum em todas as pesquisas analisadas, mesmo que de modo superficial. Outros dois (Furlan, 2016; Cruz, 2017), analisaram a dicotomia em relação ao agronegócio e à agricultura, discutindo o papel dos monopólios alimentares. Botelho (2020) também abordou essa última perspectiva, porém, atrelada ao fundamento decolonial, principalmente no que tange à privatização da terra. Apenas um dos trabalhos foi pautado em estudo de caso, a partir dos restaurantes populares, direcionado a entender os arranjos-jurídicos de promoção da participação social (Pereira, 2018) e questões regulatórias intervencionistas no que tange a propaganda e rotulagem dos alimentos. Melo (2020) apresentou o DHAA, restrito ao intervencionismo estatal econômico, como normas adstritas à rotulagem e propaganda, por exemplo, como forma de combate às doenças crônicas não transmissíveis.

De forma resumida, no que tange aos referenciais teóricos, destacam-se, quanto à segurança alimentar, as pesquisas de Josué de Castro, Renato S. Maluf, Walter Belik, Takagi, e Luciene Burlandy. E no que se tange à soberania alimentar e questões voltadas ao campesinato, destacam-se Vandana Shiva, Stedile, Schiavinatto, Ploeg, Chayanov, Carvalho e os textos da Via campesina. Quanto à agroecologia, os referenciais teóricos mais referenciados são Altieri, Gliessman e Shimitt. Sobre o desenvolvimento rural, questões agrárias, e políticas públicas rurais, constituem os principais referenciais teóricos Thomaz-Júnior, Porto-Gonçalves, Grisa,

Schneider, Delgado e Umbelino de Oliveira. Logo, tais autores, ainda que não constituam referenciais teóricos de próximas pesquisas sobre o tema, são de fundamental leitura para a compreensão de conceitos e apontamentos relevantes que permeiam ou estão ligados diretamente ao estudo de SSAN.

Notou-se que a temática conta com análises interdisciplinares, sendo necessário recorrer a conhecimentos ou reflexões dispostas por múltiplas áreas. Cita-se, como exemplos, a Geografia Agrária, a Nutrição, a Agronomia, a Economia e o Direito Agrário. Tais conhecimentos são de extrema importância para compreender a prática camponesa, as práticas alimentares, as políticas públicas e as disputas em torno do tema.

Como possíveis lacunas a serem pesquisadas, infere-se que pouco foi debatido sobre os sistemas alimentares e as sementes. Apesar de algumas pesquisas trabalharem as sementes crioulas, por exemplo, pouco é direcionado especificamente ao arcabouço jurídico regulatório, os marcos jurídicos, os instrumentos limitantes à circulação dessas sementes. Outro ponto pouco abordado é a questão hídrica e a sua correlação com a segurança e soberania alimentar. De modo geral, o conceito de soberania alimentar e as categorias que dele podem decorrer parecem ainda não estarem consolidados, principalmente nos textos jurídicos, em que são mais abordadas as perspectivas de DHAA e SAN.

Ainda, dos 35 trabalhos analisados, 15 restringiam-se as políticas públicas. Dessas, a maioria abordava o PNAE e o PAA. No contexto de atuação estatal, pouco foi discutido ou mencionado sobre o Planapo como um promotor de SSAN, visando à ampliação da agroecologia e produção orgânica.

Ressalta-se que não é o intuito deste trabalho apresentar todos os questionamentos quanto à temática de SSAN. Pelo contrário, seria difícil fazê-lo

em poucas páginas. Assim, buscou-se apenas inferir entre tantos aspectos, quais foram os apresentados e mais destacados dentro do recorte da pesquisa, com finalidade de conhecer o percurso trilhado pelos pesquisadores e apontar caminhos para futuras pesquisas.

## Referências

Ahmed, S.; Downs, S.; Fanzo, J. Advancing an integrative framework to evaluate sustainability in national dietary guidelines. *Frontiers in Sustainable Food Systems*, 3, 1-20, 2019.

Alves, L. A. *Transformações no espaço agrário paraibano: práticas agroecológicas e luta pela soberania alimentar das Guardiãs das Sementes da Paixão do Polo da Borborema*. João Pessoa, Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFPB, 2017.

Amaral, L. L. *Entre ativismos, enquadramentos e controvérsias: as ideias e as agências de burocratas no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)*. Brasília, Tese. (Doutorado em Ciências Política) – UNB, 2018.

Andrade, D. G. *Do uso de agrotóxicos ao Pacote do Veneno: uma abordagem a partir do direito humano à alimentação adequada*. Pouso Alegre, Dissertação (Mestrado em Direito) – FDSM, 2019.

Andrade, M. L. de. *Cisternas de água para beber: um estudo sobre mudança política e institucional através do Advocacy Coalition Framework*. Brasília, Dissertação. (Mestrado em Ciências Política) – UNB, 2020.

Bittencourt, T. P. *Por um Brasil agroecológico: uma análise da construção política do discurso*. Rio de Janeiro, Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – UFRRJ, 2019.

Botelho, T. R. *A luta decolonial do trabalhador rural pelo direito humano à terra e ao território*. Curitiba, Tese. (Doutorado em Direito) – PUCPR, 2020.

Brasil. Ministério da Agricultura, Pecuária e abastecimento. *Nota técnica nº 042/2020 14 de setembro de 2020*. Referente à necessidade e atualização do guia alimentar para a população brasileira. Disponível em: <[https://ojoioeotrigo.com.br/wp-content/uploads/2020/09/SEI\\_21000-090207\\_2019\\_56-SolicitacaoRevisaoGuiaAlimentar-Sept2020.pdf](https://ojoioeotrigo.com.br/wp-content/uploads/2020/09/SEI_21000-090207_2019_56-SolicitacaoRevisaoGuiaAlimentar-Sept2020.pdf)>. Acesso em: set. 2021.

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento. *Boletim da Agricultura Familiar*, Brasília, 2021. Disponível em: <<https://www.conab.gov.br/agricultura-familiar/boletim-agricultura-familiar>>. Acesso em: set. 2021.

Carvalho, C. S. *Alimentação escolar como processo de mediação política: análise da trajetória histórica da compra da agricultura familiar no Brasil e nos EUA*. Niterói, Tese (Doutorado em Direito Agrário) – UFF, 2018.

Cavalcante, D. C. *Segurança alimentar e nutricional: os impactos da política hídrica em Rondônia*. Niterói, Dissertação (Mestrado de Ciências Jurídicas e Sociais) – UFF, 2017.

Cavalcante, H. R. C.; et al. Direito humano à alimentação como liberdade: programas de combate à fome e o panorama brasileiro. *Novos direitos*, 6(2), 49-74, 2019.

Cini, R.; Rosaneli, C.; Cunha, T. Soberania alimentar na interseção entre bioética e direitos humanos: uma revisão integrativa da literatura. *Revista de Bioética y Derecho*, 42, 51-69, 2018. Disponível em: <<https://scielo.isciii.es/pdf/bioetica/n42/1886-5887-bioetica-42-00051.pdf>>. Acesso em: out. 2021.

Costa, E. R. P. *A trajetória das ações de segurança alimentar e nutricional no Brasil: uma análise da atuação do estado à luz das teorias de Poulantzas*. Salvador, Dissertação (Mestrado em Economia) – UFB, 2016.

Cruz, R. M da. *O cenário agrícola goiano: a dicotomia agronegócio x agricultura familiar*. Goiânia, Dissertação (Mestrado em Direito Agrário) – UFG, 2017.

Cruz, S. R da. *Características e tendências contemporâneas da segurança alimentar e nutricional no Brasil: do Programa Fome Zero ao SISAN*. Rio de Janeiro, Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – UERJ, 2018.

Fabricio, R. *A questão agrária e soberania alimentar: o caso do assentamento 8 de junho em Laranjeiras do Sul - PR*. Marechal Cândido Rondon, Dissertação (Mestrado Geografia) – UNIOESTE, 2016.

Facco, V. A. B. *Contribuição ao estudo da questão agrária brasileira: as contradições do programa de aquisição de alimentos em assentamentos da Geografia*. Curitiba, Tese



(Doutorado em Geografia) – UFPR, 2019.

Faria, M. L. da T. *Soberania alimentar na comunidade quilombola de Colônia do Paiol: entre a cultura local e global*. Juiz de Fora, Dissertação (Mestrado Geografia) – UFJF, 2017.

Florisbelo, G. R. *A trajetória do CONSEA-MG na mediação da política de segurança alimentar e nutricional sustentável de Minas Gerais*. Viçosa, Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – UFV, 2020.

Furlan, K. M. *O direito humano à alimentação adequada sob uma perspectiva socioambiental: repercussões do controle hegemônico da vida através das grandes corporações de mercado*. Caxias do Sul, Dissertação (Mestrado em Direito) – UCS, 2016.

Gil, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 4. ed., 2002.

Guimarães, L. M. B. *Políticas sociais de alimentação e nutrição no Brasil: da eugenia à segurança alimentar*. São Bernardo do Campo, Dissertação. (Mestrado em Ciências Humanas e Sociais) – UFABC, 2020.

Hall, K. D., et al. Ultra-processed diets cause excess calorie intake and weight gain: an inpatient randomized controlled trial of ad libitum food intake. *Cell metabolism*, 30(1), 67-77, 2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Inflação*. 2022. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>>. Acesso em: mar. 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018: análise de consumo alimentar pessoal no Brasil*. IBGE: Rio de Janeiro. 2020. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101742.pdf>>. Acesso em: out. 2021.

Jordão, L. R.; Silva, T. H. C. O atraso como pecha do camponato e a produtividade como medida de desenvolvimento rural. *Revista de Direito Ambiental e Socioambientalismo*, 4(1), 40-56, 2018.

Kraiewski, A. L. *Caracterizando a política de segurança alimentar e nutricional: uma análise a partir da experiência no município de Nova Esperança - PR*. 2017. Maringá, Dissertação. (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Maringá.

López-Giraldo, L. A.; Franco-Giraldo, Á. Revisión de enfoques de políticas alimentarias: entre la seguridad y la soberanía alimentaria (2000-2013). *Cadernos de Saúde Pública*, 31, 1355-1369, 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csp/a/WgfDS3jBg9PYRPV8JMVfcL/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: ago. 2021.

Martinelli, S. S., et al. Strategies for the promotion of healthy, adequate and sustainable food in Brazil in times of Covid-19. *Revista de Nutrição*, 33, e200181, 2020.

Medeiros, M. E. F. de M. *Sementes crioulas no território da cidadania Açu-Mossoró: um diagnóstico nos polos agrários do município de Mossoró - RN*. Mossoró, Dissertação (Mestrado em Direito) – UERN, 2020.

Melo, J. C. D. *Intervenção estatal na economia e o direito humano à alimentação adequada: uma análise sobre o papel do Estado nas políticas públicas implementadas para prevenção e combate às doenças crônicas não transmissíveis*. Juiz de Fora, Dissertação (Mestrado em Direito) – UFJF, 2020.

Mendes, M. F. *Políticas públicas em assentamentos rurais: potencialidades e limitações do PAA e do PNAE em Mato Grosso*. Goiânia, Tese (Doutorado em Estudos Socioambientais) – UFG, 2017.

Mitidiero Junior, M. A.; Goldfarb, Y. *O agro não é tech, o agro não é pop e muito menos tudo*. Friedrich-Ebert-Stiftung. São Paulo, 2021. Disponível em: <<https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/18319.pdf>>. Acesso em: set. 2021.

Nascimento, M. V. O do. *Sertão carioca: resiliência e sobrevivência quilombola através do vértice da segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação Adequada*. Niterói, Dissertação (Mestrado de Ciências Jurídicas e Sociais) – UFF, 2020.

Nupens USP – Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde, Universidade De São Paulo. *Nota oficial*: 17 de setembro de 2020. Universidade De São Paulo: São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://www.fsp.usp.br/nupens/nota-oficial/>>. Acesso em: set. 2021.

Paiva, J. B. D.; et al. A confluência entre o “adequado” e o “saudável”: análise da instituição da noção de alimentação adequada e saudável nas políticas públicas do Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 35(8), e00250318 2019.

Peixoto, A. M. M. *As políticas públicas de desenvolvimen-*

- to rural em Goiás: os efeitos do PAA e do PNPB para a agricultura camponesa. Goiânia, Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFG, 2016.
- Pereira, M. H. S. *Direito humano à alimentação adequada e inovações dos arranjos jurídicos-institucionais*: estudo de caso do restaurante popular de Juiz de Fora Yedda Duarte Gomes. Juiz de Fora, Dissertação (Mestrado em Direito e Inovação) – UFJF, 2018.
- Pimbert, M. P. Constructing knowledge for food sovereignty, agroecology and biocultural diversity: an overview. *Food Sovereignty, Agroecology and Biocultural Diversity*, 1, 1-51, 2018.
- Pinto, F. V. *Programa Nacional de Alimentação Escolar*: um estudo de caso sobre o desempenho de resultados na implementação. Rio de Janeiro, Dissertação. (Mestrado em Ciências Sociais) – UFRRJ, 2017.
- Rangel, T. L. V. *Segurança alimentar e nutricional na região sudeste*: encontros, desencontros e vulnerabilidades. Niterói, Tese. (Doutorado em Ciências Jurídicas e Sociais) – UFF, 2018.
- Recine, E.; *et al.* Reflections on the extinction of the National Council for Food and Nutrition Security and the confrontation of Covid-19 in Brazil. *Revista de Nutrição*, 33, 1-8, 2020.
- REDE PENSSAN – Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. *Vigisan*: inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil. Olhe para a fome. 2021. Disponível em: <[http://olheparaafome.com.br/VIGISAN\\_Inseguranca\\_alimentar.pdf](http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf)>. Acesso em: set. 2021.
- Ribeiro, H. C. *O que é comer na escola?* Da escola à política uma análise do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Juiz de Fora, Tese. (Doutorado em Ciências Sociais) – UFJF, 2017.
- Ribeiro, L. N. *Por uma rebeldia mundial?* Formação e ação territorial da Via campesina no Brasil. 2016. Presidente Prudente, Dissertação. (Mestrado em Geografia) – UNESP, 2016.
- Rodrigues, V. S. *Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)*: controvérsias sobre os instrumentos de compra de alimentos produzidos pela agricultura familiar. Rio de Janeiro, Tese. (Doutorado em Direito Agrário) – UFRRJ, 2017.
- Sampaio, R. F.; Mancini, M. C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. *Revista Brasileira de Fisioterapia*, 11(1), 83-89, 2017.
- Santarelli, M. *et al.* *Informe Dhana 2019*: autoritarismo, negação de direitos e fome. Brasília: FIAN Brasil, 2019. Disponível em: <[https://fianbrasil.org.br/wp-content/uploads/2019/11/Informe-Dhana-2019\\_v-final.pdf](https://fianbrasil.org.br/wp-content/uploads/2019/11/Informe-Dhana-2019_v-final.pdf)>. Acesso em: dez. 2021.
- Santos, N. dos. *Agroecologia como alternativa sustentável e contra-hegemônica à produção de alimentos a partir dos direitos da natureza*. Passo Fundo, Dissertação (Mestrado em Direito) – IMED, 2018.
- Santos, S. C. C. dos. *Participação e efetividade no conselho de segurança alimentar e nutricional do Brasil*. Salvador, Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – UFBA, 2016.
- Schutter, O. De. Final report: the transformative potential of the right to food. Geneva: Human Rights Council, 2014. Disponível em: <[https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/A\\_HRC\\_25\\_57\\_ENG.pdf](https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/A_HRC_25_57_ENG.pdf)>. Acesso em: dez. 2021.
- Shiva, V. *Who really feeds the world?* The failures of agribusiness and the promise of agroecology. Berkeley: North Atlantic Books, 2016.
- Sousa, R. P. De O. *Agricultura urbana em Goiânia (GO)?* 2019. Goiânia, Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFG, 2019.
- Souza, A. F. *Programa de Aquisição de Alimentos em Paula Cândido, MG*: um mecanismo de empoderamento dos agricultores familiares? 2018. Viçosa, Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – UFV, 2018.
- Trivellato, P. T.; *et al.* Insegurança alimentar e nutricional em famílias do meio rural brasileiro: revisão sistemática. *Ciência & Saúde Coletiva*, 24, 865-874, 2019.
- UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. *Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos*, Portugal, 2006.
- Zanotto, R. *Soberania alimentar como construção contra-hegemônica da Via Campesina*: experiências no Brasil e na Bolívia. São Paulo, Dissertação (Mestrado em Geografia) – UNESP, 2017.